MODELO DO LIVRO DE REGISTO DE ESCRITURAS DIVERSAS

Cartório Notarial d. . .

Mês de . . . de 19. . .

Número de ordem	Dia	Livro		Denominação e valor do acto ; qualidade, nome e residência dos outorgantes ; objecto do acto ou sociedade a que o acto respeita ; indicações fiscais
		Número	Folhas	

Dimensões e folhas : 29 cm $\times$ 21 cm.
Número de linhas : 35, excluídos os espaços ocupados pelas rubricas.

Ministério da Justiça, 28 de Junho de 1969. — O Ministro da Justiça, *Mário Júlio Brito de Almeida Costa*.

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

Repartição do Gabinete do Ministro

Decreto n.º 49 090

Considerando a necessidade de garantir às instalações da Carreira de Tiro da Covilhã as medidas de segurança indispensáveis à execução da missão que lhes competem ;

Considerando a conveniência de promover a protecção de pessoas e de bens nas zonas confinantes com aquelas instalações ;

Considerando o disposto nos artigos 1.º, 6.º, alínea b), 12.º e 13.º da Lei n.º 2078, de 11 de Julho de 1955, e as disposições do Decreto-Lei n.º 45 986, de 22 de Outubro de 1964 ;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte :

Artigo 1.º Fica sujeita a servidão militar a área de terreno confinante com as instalações da Carreira de Tiro da Covilhã limitada como segue :

A nascente: alinhamento $\overline{AB}$ com 220 m, perpendicular ao eixo da Carreira de Tiro e a 50 m da estrema da propriedade militar ficando os pontos A (a norte) e B (a sul) distanciados 101 m da intersecção do mesmo alinhamento $\overline{AB}$ com o eixo da Carreira de Tiro ;

A sul: alinhamento $\overline{BC}$ formando um ângulo de 107º com $\overline{AB}$;

A poente: alinhamento $\overline{CD}$ perpendicular ao eixo da Carreira de Tiro e afastado de 950 m de $\overline{AB}$, localizando-se C e D, simetricamente, em relação àquele eixo ;

A norte: alinhamento $\overline{DA}$ formando um ângulo de 73º com $\overline{CD}$.

Art. 2.º A servidão militar que incide na área descrita no artigo anterior é a fixada pelo artigo 13.º da Lei n.º 2078, de 11 de Julho de 1965, sendo nessa área proibida, sem licença devidamente condicionada da autoridade militar competente, a execução de quaisquer dos trabalhos ou actividades abaixo indicados :

- Fazer construções de qualquer natureza, mesmo que sejam enterradas ou subterrâneas, ou fazer obras de que resultem alterações nas alturas dos imóveis já existentes ;
- Alterar ou modificar de qualquer forma, por meio de escavações ou aterros, o relevo ou a configuração do solo ;
- Construir muros de vedação ou divisórios de propriedade ;
- Plantações de árvores e arbustos, constituindo bosques ou matas ;
- Estabelecer depósitos permanentes ou temporários de materiais explosivos ou inflamáveis ;
- Montar linhas de energia eléctrica ou de ligações telefónicas, quer aéreas, quer subterrâneas ;
- Fazer levantamentos topográficos ou fotográficos ;
- O movimento ou permanência de peões, semoventes ou veículos durante a realização das sessões de tiro.

Art. 3.º Ao Comando da 2.ª Região Militar compete, ouvida a Direcção do Serviço de Fortificações e Obras Militares ou órgãos seus delegados, conceder as licenças a que se faz referência no artigo anterior.

Art. 4.º A fiscalização do cumprimento das disposições legais respeitantes à servidão objecto deste decreto, bem como das condições impostas nas licenças, incumbe ao Director da Carreira de Tiro, à Direcção do Serviço de Fortificações e Obras Militares, ou órgãos seus delegados, e ao Comando da 2.ª Região Militar.

Art. 5.º A demolição das obras feitas ilegalmente ou a aplicação das multas consequentes serão da competência da Delegação do Serviço de Fortificações e Obras Militares na 2.ª Região Militar.

Art. 6.º Das decisões tomadas nos termos do artigo 3.º cabe recurso para o Ministro do Exército; das decisões tomadas no que respeita a demolição das obras feitas ilegalmente cabe recurso para o comandante da 2.ª Região Militar.

Art. 7.º A área descrita no artigo 1.º será demarcada na planta da região, à escala $\frac{1}{25\,000}$, organizando-se oito colecções com a classificação de «Reservado», que terão os seguintes destinos:

- Uma ao Secretariado-Geral da Defesa Nacional.
- Uma ao Estado-Maior do Exército (3.ª Repartição).
- Uma à Direcção da Arma de Infantaria.
- Uma à Direcção do Serviço de Fortificações e Obras Militares.
- Uma ao Comando da 2.ª Região Militar.
- Uma ao Ministério das Obras Públicas.
- Duas ao Ministério do Interior.

Marcello Caetano — Horácio José de Sá Viana Rebelo — António Manuel Gonçalves Rapazote — José Manuel Bethencourt Conceição Rodrigues — Rui Alves da Silva Sanches.

Promulgado em 18 de Junho de 1969.

Publique-se.

Presidência da República, 28 de Junho de 1969. — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção-Geral dos Negócios Económicos

Aviso

Por ordem superior se torna público que, segundo uma comunicação da Organização da Aviação Civil Internacional, os seguintes países depositaram junto do secretário-geral daquela Organização Internacional os seus instrumentos de ratificação do Protocolo, assinado em Montreal a 14 de Junho de 1954, referente a uma emenda ao artigo 45.º da Convenção Relativa à Aviação Civil Internacional:

- Roménia, em 31 de Maio de 1966.
- Singapura, em 4 de Janeiro de 1967.
- Chile, em 18 de Março de 1968.

Direcção-Geral dos Negócios Económicos, 17 de Junho de 1969. — O Director-Geral, *José Calvet de Magalhães.*

Aviso

Por ordem superior se torna público que, segundo uma comunicação da Organização da Aviação Civil Internacio-

nal; os seguintes países depositaram junto do secretário-geral daquela Organização Internacional os seus instrumentos de ratificação do Protocolo, assinado em Montreal a 14 de Junho de 1954, referente às emendas dos artigos 48.º, alínea a), 49.º, alínea e), e 61.º da Convenção Relativa à Aviação Civil Internacional:

- Roménia, em 31 de Maio de 1966.
- Singapura, em 4 de Janeiro de 1967.
- Chile, em 20 de Dezembro de 1967.

Direcção-Geral dos Negócios Económicos, 17 de Junho de 1969. — O Director-Geral, *José Calvet de Magalhães.*

Aviso

Por ordem superior se torna público que, segundo uma comunicação da Organização da Aviação Civil Internacional, os seguintes países depositaram junto do secretário-geral daquela Organização Internacional os seus instrumentos de ratificação do Protocolo, assinado em Roma a 15 de Setembro de 1962, referente à emenda ao artigo 48.º, alínea a), da Convenção Relativa à Aviação Civil Internacional:

- Roménia, em 31 de Maio de 1966.
- Singapura, em 4 de Janeiro de 1967.
- República Malgaxe, em 24 de Abril de 1967.
- Chile, em 20 de Dezembro de 1967.
- Itália, em 13 de Fevereiro de 1969.
- Polónia, em 21 de Fevereiro de 1969.
- Brasil, em 6 de Março de 1969.

Direcção-Geral dos Negócios Económicos, 17 de Junho de 1969. — O Director-Geral, *José Calvet de Magalhães.*

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Administração-Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones

Aviso

Por despacho de S. Ex.ª o Ministro das Comunicações de 15 de Maio de 1969, foi autorizado que na tabela n.º 1 anexa ao Decreto n.º 29 708, de 19 de Junho de 1939, se fizessem as seguintes modificações, que entrarão em vigor a partir da data da sua publicação no *Diário do Governo*:

TABELA N.º 1

Presidência do Conselho

No Ministério substituir:

- Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo;
- Inspecção dos Espectáculos;
- Conselho Nacional de Turismo;
- Direcção dos Serviços de Censura; e respectivas rubricas;

por:

Secretaria de Estado da Informação e Turismo:

Gabinete do Secretário de Estado:

Chefe do Gabinete AB

Secretaria-Geral:

Director dos Serviços Centrais AB

Direcção-Geral da Informação:

Director-geral AB